

CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS


Em consonância com as regras estabelecidas na Instrução Normativa BCB No. 236, de 17 de fevereiro de 2022, a KSK Administradora de Consórcio Ltda., está disponibilizando, por meio deste arquivo, as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações e documentos apresentados são:


- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Recursos de Consórcio Consolidada;
- Demonstração das Variações nas Disponibilidade de Grupos Acumulada Consolidada;
- Notas Explicativas da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Essas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela diretoria em 13 de março de 2026 e originalmente divulgadas no sítio eletrônico (www.kskconsorcio.com.br), em 27 de março de 2026.


A Administração declara-se responsável pelas Demonstrações e documentos encaminhados.

 Documento assinado digitalmente
YVONNE KASINSKY
Data: 10/04/2026 18:12:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Yvonne Kasinsky
Administradora

 Documento assinado digitalmente
LEANDRO ANDRADE COELHO RODRIGUES
Data: 10/04/2026 17:00:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Leandro Andrade Coelho Rodrigues
Administrador

 Documento assinado digitalmente
LUIS MARCOS DA COSTA
Data: 10/04/2026 16:53:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luís Marcos da Costa
Administrador

 ASSINADO DIGITALMENTE
VINCENT DA SILVA BERALDO
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>

Vincent da Silva Beraldo
Contador – CRC/SP: 352061/O-5



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

KSK Administradora de Consórcio Ltda.
31.12.2025



Sumário

| | |
|---|----|
| Relatório da Administração | 4 |
| Demonstrações Financeiras | 6 |
| Balanco Patrimonial | 6 |
| Demonstração do Resultado | 7 |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | 8 |
| Demonstração do Resultado Abrangente | 9 |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa | 10 |
| Demonstração dos Recursos de Consórcio Consolidada | 11 |
| Demonstração das Variações nas Disponibilidades de Grupos Consolidada | 12 |
| Notas Explicativas da Administração | 13 |
| Relatório do Auditor Independente | 27 |



Relatório da Administração

Senhores Cotistas e Administradores:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Contábeis da KSK Administradora de Consórcio Ltda., e dos Grupos de Consórcios que administra, relativos ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nosso desempenho

No semestre findo em 31.12.2025 tínhamos sob nossa administração 28 grupos de consórcio em andamento, distribuídos em 4 grupos de caminhões e ônibus, 10 grupos de automóveis, 1 grupo de motocicletas, 5 grupos de eletroeletrônicos, 1 grupo de serviços, 7 grupos de imóveis, e 5 grupos de eletroeletrônicos, totalizando 28.630 cotas ativas, sendo destas 4.621 de consorciados contemplados. No período foram entregues 3.976 bens.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31.12.2025, o Patrimônio Líquido atingiu o montante de R\$ 18.095.113,84. O prejuízo líquido apresentado no semestre foi de (R\$ 2.713.121,45). O resultado ficou dentro das previsões dos administradores, devido a aplicação relevante de recursos em ações maciças de marketing (patrocínios, publicidades, merchandise, participação em eventos e congressos temáticos, criação de filiais, etc.), com vistas a inserção e maior ampliação da marca no mercado de consórcio; honorários judiciais e de consultoria administrativa/mercadológica; baixa de créditos não recebidos em cobrança judicial; indenizações diversas a consorciados; desenvolvimento, manutenção e aquisição de licenças de softwares, tanto na Matriz como nas Filiais; e pagamento de comissões pela comercialização de novas cotas de consórcio, com ações comerciais diferenciadas (parcerias), especialmente com a utilização de mídias sociais.

Ativos e Passivos

Em 31.12.2025, os ativos totais atingiram o montante de R\$ 48.761.336,24. Desse montante, R\$ 2.018.458,23 estão disponíveis em caixa e aplicados em Títulos e Valores Mobiliários, considerando os bloqueios judiciais, no montante de (R\$ 233.989,37) e ajuste ao valor justo, no montante de R\$ 139.684,28.

Em 31.12.2025, o passivo atingiu o montante de R\$ 31.306.654,81. Desse montante, R\$ 3.076.175,12, refere-se a provisão para passivos contingentes e R\$ 23.985.383,71 a taxa de administração futura, apropriada em atendimento ao CPC 47.

Perspectivas

A Administração prevê para o próximo semestre a ampliação de número maior de consorciados, condições diferenciadas



na oferta de novos produtos, ações comerciais atrativas e ampliação da área de atuação a nível nacional, incluindo abertura de filial, considerando os diversos segmentos inseridos no seu plano de negócios.

Estão em estudos novas metodologias de relacionamento com os representantes parceiros, para obter melhorias no acompanhamento da produtividade, qualidade das vendas e, conseqüentemente, aumento no percentual de retenção de novos clientes consorciados.

Outras Informações

A contratação de serviços relacionados a auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (I) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho. (II) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente. (III) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. (IV). Necessidade de aprovação de quaisquer serviços pela diretoria-executiva ou comitê de auditoria, se existente.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos administradores, parceiros comerciais e clientes, pelo apoio, confiança e credibilidade dispensadas. Aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo que contribuíram para os resultados obtidos.

Barueri (SP), 31 de dezembro de 2025.

A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL
(em milhares de reais)

| DISCRIMINAÇÃO | Notas | EXERCÍCIO 2025 |
|--------------------------------------|-------|----------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | 48.761 |
| DISPONIBILIDADES | 4 a | 1 |
| TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS | 5 a | 2.017 |
| OUTROS CRÉDITOS | | 46.743 |
| Rendas a Receber | 6 a | 26.528 |
| Valores Especifico | 6 b | 11.137 |
| Créditos Diversos | 6 c | 9.078 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 641 |
| PERMANENTE | | 641 |
| Imobilizado | 7 a | 512 |
| Intangível | 7 a | 129 |
| TOTAL DO ATIVO | | 49.402 |
| PASSIVO CIRCULANTE | | 31.307 |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES | | 31.307 |
| Obrigações Fiscais e Previdenciárias | 8 a | 3.451 |
| Obrigações p/ Recursos de Consórcio | 9 a | 23.987 |
| Provisão p/ Pagamento a efetuar | 10 a | 595 |
| Passivos Contingentes | 11 a | 3.076 |
| Credores Diversos | 12 a | 198 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 18.095 |
| Capital Social | 13 a | 3.664 |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | 13 b | 14.431 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 49.402 |

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(em milhares de reais)

| DISCRIMINAÇÃO | 2º Semestre 2025 | Exercicio 2025 |
|---|------------------|------------------|
| RECEITAS OPERACIONAIS | 83.057 | 145.314 |
| - Rendas de Títulos e Valores Mobiliários | 267 | 500 |
| - Receitas de Prestação de Serviços | 81.468 | 142.695 |
| - Outras Receitas Operacionais | 1.322 | 2.119 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | (83.121) | (148.038) |
| - Despesas de Pessoal | (5.571) | (10.567) |
| - Despesas Administrativas | (74.369) | (131.406) |
| - Despesas Tributárias | (2.835) | (5.304) |
| - Depreciações e Amortizações | (104) | (211) |
| - Outras Despesas Operacionais | (242) | (550) |
| RESULTADO OPERACIONAL | (64) | (2.724) |
| DESPESA NÃO OPERACIONAL | - | (1) |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO | (64) | (2.725) |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | - | - |
| - Provisão para Imposto de Renda | - | - |
| - Provisão para Contribuição Social | - | - |
| RESULTADO LÍQUIDO | (64) | (2.725) |

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de reais)

| DISCRIMINAÇÃO | 2º Semestre 2025 | EXERCÍCIO 2025 |
|---|---------------------|-------------------|
| SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO | 18.159 | 20.820 |
| Capital social | 3.664 | 3.664 |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | 14.495 | 17.156 |
| Aportes efetuados no semestre/exercício | - | - |
| Lucro líquido do semestre/exercício | - | - |
| Prejuízo líquido do semestre/exercício | (64) | (2.725) |
| Ajustes credores de períodos anteriores | - | - |
| Ajustes devedores de períodos anteriores | - | - |
| SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO SEMESTRE | 18.095 | 18.095 |
| Capital social | 3.664 | 3.664 |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | 14.431 | 14.431 |

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(em milhares de reais)

| DISCRIMINAÇÃO | 2º Semestre 2025 | EXERCÍCIO 2025 |
|---|---------------------|-------------------|
| | | |
| LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE | (64) | (2.725) |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO SEMESTRE | (64) | (2.725) |

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(em milhares de reais)

| DISCRIMINAÇÃO | EXERCÍCIO 2025 |
|---|-----------------------|
| Lucro (Prejuízo) líquido do exercício | (2.725) |
| Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício | 211 |
| Depreciação e amortização | 211 |
| Aumento (Redução) nos ativos operacionais: | (1.512) |
| Contas a receber de clientes | (3.790) |
| Créditos Diversos | 2.278 |
| Aumento (Redução) nos passivos operacionais: | 2.603 |
| Fornecedores | 55 |
| Impostos a recolher | 294 |
| Salários, provisões e encargos sociais | 210 |
| Outras obrigações e contas a pagar | 2.044 |
| <u>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u> | <u>(1.423)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | <u>(82)</u> |
| Baixa de outros investimentos | 1 |
| Aquisição de Ativos | - |
| Aquisição de imobilizado e adições ao diferido | (83) |
| <u>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u> | <u>(1.505)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | |
| Aumento (Redução) em financiamentos | - |
| Aportes de sócios | - |
| <u>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</u> | <u>-</u> |
| <u>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES NO EXERCÍCIO</u> | <u>(1.505)</u> |
| <u>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE DISPONIBILIDADES</u> | <u>(1.505)</u> |
| Caixa e equivalente de caixa no início do período | 3.523 |
| Caixa e equivalente de caixa no fim do período | 2.018 |

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO
(em milhares de reais)

| DISCRIMINAÇÃO | EXERCÍCIO 2025 |
|--|------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | 257.543 |
| DISPONIBILIDADES | 289 |
| APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ | 56.885 |
| OUTROS CRÉDITOS | 200.369 |
| COMPENSAÇÃO | 7.899.768 |
| PREV. MENSAL DE REC. A REC. CONSORCIADOS | 15.963 |
| CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS AO GRUPO | 4.017.433 |
| VALOR DOS BENS OU SERVIÇOS A CONTEMPLAR | 3.866.372 |
| TOTAL GERAL DO ATIVO | 8.157.311 |
| PASSIVO CIRCULANTE | 257.543 |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES | 257.543 |
| OBRIGAÇÕES COM CONSORCIADOS | 88.600 |
| VALORES A REPASSAR | 7.400 |
| OBRIGAÇÕES POR CONTEMP. A ENTREGAR | 49.359 |
| RECURSOS A DEVOLVER A CONSORCIADOS | 91.543 |
| OBRIGAÇÕES COM A ADMINISTRADORA | 96 |
| RECURSOS DOS GRUPOS | 20.545 |
| COMPENSAÇÃO | 7.899.768 |
| RECURSOS MENSAIS A REC. CONSORCIADOS | 15.963 |
| OBRIGAÇÕES DO GRUPO POR CONTRIBUIÇÕES | 4.017.433 |
| BENS OU SERVIÇOS A CONTEMPLAR | 3.866.372 |
| TOTAL GERAL DO PASSIVO | 8.157.311 |

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS
(em milhares de reais)

| DISCRIMINAÇÃO | EXERCÍCIO 2025 |
|---|----------------|
| | |
| DISPONIBILIDADES início do exercício | 39.075 |
| Caixa | - |
| Depósitos Bancários | 86 |
| Aplicações Financeiras do Grupo | 3.171 |
| Aplicações Financeiras Vinc. Contempl. | 35.818 |
| | |
| (+) RECURSOS COLETADOS | 278.827 |
| Contribuições para Aquisição de Bens | 126.195 |
| Taxa de Administração | 142.007 |
| Contribuições ao Fundo de Reserva | 1.896 |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 5.098 |
| Multas e Juros Moratórios | 475 |
| Prêmios de Seguro | 1.964 |
| Custas Judiciais | 261 |
| Despesas Registro Contrato Garantia | - |
| Outros | 931 |
| | |
| (-) RECURSOS UTILIZADOS | 260.728 |
| Aquisição de Bens | 115.408 |
| Taxa de Administração | 140.888 |
| Multas e Juros Moratórios | 241 |
| Prêmios de Seguros | 1.978 |
| Custas Judiciais | 386 |
| Devolução a Consorciados Desligados | 517 |
| Despesas Registro Contrato Garantia | - |
| Outros | 1.310 |
| | |
| DISPONIBILIDADES final do exercício | 57.174 |
| Caixa | - |
| Depósitos Bancários | 289 |
| Aplicações Financeiras do Grupo | 7.526 |
| Aplicações Financeiras Vinc. Contempl. | 49.359 |

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeira



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1- CONTEXTO OPERACIONAL

A KSK Consórcio é uma sociedade limitada que atua no mercado de consórcio regulamentado pelo Banco Central do Brasil, e tem como objeto a constituição, organização e administração de grupos de consórcio que se destinem a aquisição de bens móveis, de fabricação nacional e estrangeira, de bens imóveis, de serviços, e de eletroeletrônicos, por meio de autofinanciamento, em quaisquer das modalidades permitidas pela legislação e regulamentação vigentes.

Filial Goiânia/GO: Rua 200, S/No., Quadra 003-B, Lote 001-E, Edifício Manhattan Center, Loja 01, Cidade Vera Cruz, Centro Empresarial Village, CEP: 74934-615, Aparecida de Goiânia-GO-CNPJ/MF: 62.798.475/0001-94.

Filial Belém/PA: Rua Barão do Triunfo, 3540, Loja 08, Infinity Corporate Center, Bairro Marco, CEP: 66095-055, Belém-PA-CNPJ/MF: 62.798.475/0004-75.

2- APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com as normas do Comitê Monetário Nacional(CMN), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e outras normas específicas para as administradoras de consórcio, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As operações dos grupos de consórcio são registradas em contas de compensação da administradora e controladas individualmente por grupo de consórcio. A posição patrimonial e financeira dos grupos de consórcio e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e demonstrações das variações nas disponibilidades de grupos, respectivamente, elaboradas conforme a Resolução Bacen no. 002/2020. A referida norma, em outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à propabilidade de ocorrências de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

3- PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

I- DA ADMINISTRADORA

a)- Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate líquido.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pró rata dia e calculadas com base no método

exponencial.

A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio é reconhecida quando da inclusão dos consorciados nos grupos e pelo efetivo compromisso de pagamento

b)- Ativo e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pró-rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos de valores mobiliários estão demonstrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos. Os valores a receber estão apresentados pelos seus custos de aquisição, sendo objeto de provisão para perdas ou valor recuperável do ativo quando necessário ou exigido em normas aplicáveis.

c)- Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da apresentação dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de recursos em conta corrente, aplicações financeiras de liquidez e conversabilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d)- Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito a avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores, e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

d-1)- Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: Instalações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos e Equipamentos de Comunicação a taxa de 10% ao ano, Computadores e Periféricos a taxa de 20% ao ano.

d-2)- Intangível

Os gastos com a cessão de direitos de uso para licenças de software e desenvolvimento logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

e)- Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações legais

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais de natureza tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades operacionais, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas, quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação for avaliado como provável, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança com base na natureza, complexidade, histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, com base nas melhores informações disponíveis.

Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas. Para as provisões cujo risco de perda é remota, não é requerida divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

f)- Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (1,65%) e a COFINS (7,60%) são calculados pelo regime não cumulativo e registrados em despesas de impostos sobre serviços. As receitas financeiras são tributáveis às alíquotas de 0,65% (PIS) e 4,0% (COFINS), respectivamente.

g)- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo com o IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente a R\$ 240.000,00 e R\$ 120.000,00 no semestre, e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal.

h)- Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, inclusive 13º salário e férias acrescidos dos encargos sociais incorridos.

i)- Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Resultado não recorrente é o que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros (Ex.: Venda de Ativos, Indenizações Judiciais, Reparos e Reformas Não Planejadas em Instalações, Provisões, etc.). O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

j)- Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data base das demonstrações contábeis.

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data base das demonstrações contábeis. Os eventos subsequentes são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

A entidade não apresentou eventos subsequentes aos saldos e movimentações apresentadas em 31.12.2025, bem como após aquela data.

k)- Transações com Partes Relacionadas



A entidade não mantém transações operacionais e financeiras com partes relacionadas, direta ou indiretamente.

I)- Gerenciamento de Riscos

Gerenciamento de risco tem como finalidade orientar todos os colaboradores envolvidos quanto as ações que visam reduzir às exposições aos riscos, com intuito de assegurar que a identificação, análise, avaliação e gerenciamento dos riscos, sejam detectados e tratados antes de alguma perda irreversível, sendo parte altamente estratégica do negócio por conta da complexidade dos serviços e produtos, sempre buscando as melhores práticas, criando e aplicando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle.

II- DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

ATIVO

a)- Caixa e Equivalentes de Caixa

Correspondem aos saldos das disponibilidades.

b)- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de aplicação dos recursos dos grupos, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço. As aplicações em cotas de fundos de investimento são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo para a data-base. Os saldos representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos, e são aplicados de acordo com as diretrizes do BACEN, incluindo os valores de créditos contemplados pendentes de entrega. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados aos fundos comum e de reserva, se existente, de cada grupo, de acordo com o saldo de cada conta. Os saldos são apresentados pelo valor líquido dos impostos incorridos.

c)- Outros Créditos-Direitos Junto a Consorciados contemplados

Referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e representam os valores a receber referentes às parcelas do fundo comum e fundo de reserva, se aplicável, calculados com base no valor dos bens na data do balanço, a saber:

Normais: Valor a receber dos consorciados em dia com suas parcelas.

Em Atraso: Valor a receber das parcelas vencidas, em cobrança administrativa.

Em Cobrança Judicial: Valor a receber das parcelas vencidas e vincendas, incluindo as diferenças de contribuições.

d)- Ativo de Compensação

d-1)- Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados

Representa o valor da parcela a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, considerando as contribuições ao fundo comum e fundo de reserva, se aplicável, incluindo os inadimplentes em cobrança administrativa, até a 3ª parcela vencida.

d-2)- Contribuições Devidas ao Grupo

Refere-se ao total do saldo devedor a receber dos consorciados em dia, em atraso e ajuizados, considerando as contribuições ao fundo comum, fundo de reserva, se aplicável, e diferença de contribuição.

d-3)- Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar

Totalidade dos bens/créditos a serem contemplados nas assembleias futuras dos grupos, de acordo com o saldo financeiro de cada um, calculado de acordo com o preço dos bens/serviços na data de sua realização.

PASSIVO

a)- Obrigações com Consorciados

Estão representadas, principalmente, por contribuições para aquisições de bens recebidas dos consorciados não contemplados, a título de fundo comum, valores recebidos antes da constituição formal dos grupos (grupos em formação), considerando as contribuições ao fundo comum, fundo de reserva, se aplicável, taxa de administração e seguro, acrescido dos rendimentos financeiros. Também estão incluídos, eventualmente, os recebimentos não identificados por grupo/cota e depositante.

b)- Valores a Repassar

Referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados à Administradora, referentes à taxa de administração, multas e juros, prêmios de seguros, multa rescisória e custas judiciais. As multas rescisórias são deduzidas dos consorciados excluídos, o seguro é repassado pela administradora às seguradoras contratadas e as custas judiciais utilizadas para recolhimento de encargos com cobrança judicial.

c)- Obrigações por Contemplações a Entregar

Correspondem ao valor de bens/créditos contemplados nos grupos, a serem entregues após a data das demonstrações contábeis, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contemplação e a data do balanço.

d)- Obrigações com Administradora

A conta registra eventuais aportes de recursos efetuados aos grupos pela administradora, com vistas a cobertura financeira para cumprimento das obrigações imediatas e posterior ressarcimento. Os valores aportados no semestre e períodos anteriores aos grupos em andamento, foram parcialmente quitados.

e)- Recursos a Devolver a Consorciados

e-1)- Ativos

Valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos, referentes a pagamentos a maior de parcelas e/ou saldo devedor, considerando as contribuições ao fundo comum e fundo de reserva, se aplicável.

e-2)- Excluídos/Desistentes

Valores a devolver aos consorciados excluídos e desistentes, deduzido da multa rescisória em favor da administradora e dos grupos, representados pelas contribuições somente ao fundo comum, considerando o percentual pago sobre valor do

bem vigente na última assembleia de contemplação do grupo, acrescido dos rendimentos financeiros dos recursos aplicados. Os pagamentos são efetuados por ocasião da contemplação por sorteio da referida cota.

f)- Recursos do Grupo

Representam os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, incluindo o fundo de reserva, se aplicável, rendimentos de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, multa rescisória retida, atualização de direitos e obrigações, deduzidos de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança (valores irrecuperáveis).

g)- Passivo de Compensação

g-1)- Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados

Demonstram a previsão de contribuições a receber de consorciados para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis, relativas a fundo comum e fundo de reserva, se aplicável. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31.12.2025.

g-2)- Obrigações do Grupo por Contribuições

Referem-se aos valores totais das contribuições de fundo comum e fundo de reserva, se aplicável, devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto em 31.12.2025.

g-3)- Bens ou Serviços a Contemplar

Correspondem ao valor dos bens/créditos a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor do bem objeto das operações de consórcio em 31.12.2025.

h)- Informações Físicas dos Grupos em Andamento

Situação dos grupos de consórcios administrados pela entidade, em 31 de dezembro de 2025:

| DESCRIÇÃO | 31.12.2025 |
|---|-------------------|
| Quantidade de Grupos Administrados | 28 |
| Quantidade de Consorciados Ativos | 28.630 |
| Quantidade de Consorciados Contemplados | 4.621 |
| Quantidade de Consorciados Não Contemplados | 24.009 |
| Quantidade de Consorciados Excluídos | 84.437 |
| Quantidade de Bens Entregues | 3.976 |
| Quantidade de Bens Pendentes de Entrega | 645 |
| Quantidade de Participantes Quitados | 565 |
| Consorciados Inadimplentes Contemplados | 1.345 |
| Consorciados Inadimplentes Não Contemplados | 11.853 |
| Taxa de Inadimplência de Contemplados | 29.11% |
| Taxa de Inadimplência de Não Contemplados | 49.37% |
| Taxa de Inadimplência Total | 46,10% |

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a)- Disponibilidades

| CONTA | Dez/2025 |
|------------------|--------------|
| Disponibilidades | 1.074 |
| TOTAL | 1.074 |

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a)- Títulos de Renda Fixa

| CONTA | Dez/2025 |
|---------------------------|------------------|
| Santander CDB DI Empresas | 32.924 |
| Bradesco CDB Facil | 1.011.040 |
| Bradesco CDB DI | 140.406 |
| Bradesco Compromissada | 927.319 |
| (+) Ajuste a Valor Justo | 139.684 |
| (-) Bloqueios Judiciais | (233.989) |
| TOTAL | 2.017.384 |

6. OUTROS CRÉDITOS

a)- Rendas a Receber

| CONTA | Dez/2025 |
|---|-------------------|
| Taxa Administração a Receber | 2.037.860 |
| Taxa Administração a Receber-Res. 120/21 e CPC 47 (a) | 24.490.594 |
| TOTAL | 26.528.454 |

a)- Refere-se a taxa de administração futura a apropriar sobre parcelas não pagas de consorciados contemplados, registrada pelo regime de competência, conforme Resolução BCB no. 120/21 e CPC 47.

b)- Valores Específicos

| CONTA | Dez/2025 |
|--|-------------------|
| Comissões S/ Vendas de Consórcios-Resolução BCB 120/21/CPC 47(a) | 11.136.616 |
| TOTAL | 11.136.616 |

a)- Refere-se ao percentual de comissões pagas sobre as vendas das cotas contempladas, a apropriar

proporcionalmente ao prazo da respectiva cota, registrado em atendimento a Resolução BCB no. 120/21 e CPC 47.

c)- Diversos

A rubrica está composta por valores a receber de terceiros e pode ser assim desmembrada:

| CONTA | Dez/2025 |
|---|------------------|
| Adiantamento e Antecipações Salariais (a) | 28.977 |
| Bloqueios Judiciais (b) | 1.178.181 |
| Depósitos em Garantia (c) | 233.900 |
| Impostos a Recuperar (d) | 232.491 |
| PerdComp (e)-PIS E COFINS | 2.145.834 |
| PerdComp (f)-INSS | 403.010 |
| Pagamentos Diversos (g) | 105.482 |
| Adiantamento a Fornecedores (h) | 219.031 |
| Adiantamentos Cartões Corporativos (i) | 264 |
| Cotas de Consórcio (j) | 4.067.022 |
| Empréstimos a Grupos Encerrados (k) | 367.201 |
| Empréstimo Grupos Ativos (k1) | 96.415 |
| TOTAL | 9.077.808 |

- a)-** Adiantamento de férias a serem gozadas pelos funcionários, proporcionais aos períodos aquisitivos.
- b)-** Refere-se a bloqueios e depósitos judiciais efetuados nas contas correntes bancárias da empresa e conta vinculada dos grupos de consórcio, referentes a processos judiciais de consorciados de grupos encerrados e em andamento.
- c)-** Corresponde a garantia locatícia e depósito caução dos imóveis locados para a administração da empresa, correspondente aos andares 9º. e 15º (Sede) e filiais em Goiânia/GO e Belém/PA.
- d)-** Refere-se ao IRRF e IOF debitados sobre os rendimentos de aplicações financeiras, apropriados em atendimento a legislação vigente, para futura compensação e débito em conta de resultado, no caso do IOF.
- e)-** Saldo credor do IRPJ e CSSL de exercícios anteriores, com pedido de compensação através de PerComp, aguardando homologação da autoridade fiscalizadora para a devida baixa.
- f)-** INSS a compensar referente a processos
- g)-** Pagamentos efetuados em duplicidade, a maior, e indevidos a fornecedores de bens e serviços, os quais estão sendo cobrados em Processo judicial.
- h)-** Adiantamentos feitos por conta de serviços a serem prestados, mensalidade do sistema de contato com consorciado, cursos e exames médicos, e postagem de anúncios e publicidade na Internet.
- i)-** Saldo de adiantamentos para despesas com cartões corporativos nas filiais, sujeito a acertos futuros.
- j)-** Cotas de consórcio adquiridas de clientes consorciados, provenientes de acordos extra-judiciais em pedidos de restituição de valores pagos, com cancelamento posterior. As cotas ficam disponíveis para negociação a novos clientes consorciados ou aguardando contemplação ao final do prazo de encerramento dos respectivos grupos, em atendimento a normas vigentes.
- k)-** Refere-se a aporte de recursos aos grupos encerrados com insuficiência financeira para devolução aos consorciados ativos e desistentes, sujeitos a ressarcimento futuro na cobrança dos consorciados inadimplentes. Está previsto o recebimento de saldos devedores, no montante de R\$ 2.407.021,28. Caso não tenha êxito na cobrança dos referidos débitos, os valores serão apropriados a conta de resultado (Despesa). Total apropriado neste Semestre: R\$ 8.594,11.
- Total Empréstimos-31.12.2025 R\$ 2.092.283,75
 (-) Provisão P/ Perdas Prováveis-CPC 47 (R\$ 1.725.082,28)

Saldo R\$ 367.201,47

k-1)- Aportes financeiros para possibilitar a entrega de bens aos consorciados contemplados de grupos em andamento, com insuficiência financeira.

7. PERMANENTE

Os bens do ativo estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos os montantes das depreciações.

a) Permanente – Imobilizado de Uso

As depreciações do imobilizado foram calculadas com base em taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens, sendo: Instalações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos e Equipamentos de Comunicação a taxa de 10% ao ano, Computadores e Periféricos e Intangíveis a taxa de 20% ao ano. Está assim representado:

| CONTA | Dez/2024 | Aquisições | Baixas | Depreciação | Dez/2025 |
|-----------------------------|------------------|---------------|--------------|----------------|----------------|
| Instalações | 230.939 | 2.519 | - | 101.632 | 131.826 |
| Móveis e Utensílios | 325.498 | 27.300 | - | 147.583 | 205.215 |
| Máquinas e Equipamentos | 55.929 | 5.598 | 1.891 | 21.294 | 38.343 |
| Equipamentos de Comunicação | 37.807 | - | - | 17.707 | 20.100 |
| Computadores e Periféricos | 575.814 | 47.749 | - | 507.407 | 116.156 |
| Intangível (a) | 175.626 | - | - | 46.834 | 128.792 |
| TOTAL | 1.401.613 | 83.166 | 1.891 | 842.456 | 640.432 |

8. OBRIGAÇÕES LEGAIS, PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

a)- Obrigações Fiscais e Previdenciárias

| CONTA | 31.12.2025 |
|---|------------------|
| Impostos e contribuições S/ Serviços de Terceiros (a) | 89.608 |
| Impostos e Contribuições S/ Salários (b) | 574.871 |
| Outros (ISS, PIS e COFINS)(c) | 2.78.6076 |
| TOTAL | 3.450.555 |

a)- Refere-se a impostos e contribuições retidos nas notas fiscais dos fornecedores de produtos e serviços, para posterior recolhimento, sendo , 1,5% do IRRF, 1% da CSSL, 3% do Cofins e 0,65% do Pis, de acordo com a legislação vigente.

b)- Corresponde aos impostos e contribuições a recolher sobre folha de pagamento, bem como os encargos sociais devidos sobre as provisões de férias e 13º. salário.

c)- O saldo contempla os impostos e contribuições a recolher sobre o faturamento e receita bruta. O ISSQN é recolhido a alíquota de 2% na matriz e 5% nas filiais. Para o Pis (1,65%) e a Cofins (7,6%) utiliza o critérios de não cumulatividade, com aproveitamento de créditos de insumos intrínsecos a sua atividade.

9. OBRIGAÇÕES P/ RECURSOS DE CONSÓRCIO

a)- Recursos Pendentes

| CONTA | 31.12.2025 |
|---|-------------------|
| Taxa de Administração Antecipada CPC 47 (a) | 23.985.384 |
| Recursos Não Procurados-Antes da Lei 11.795 (b) | 1.325 |
| TOTAL | 23.986.709 |

a)- Refere-se a taxa de administração futura a apropriar sobre parcelas pagas ou não de consorciados contemplados, registrada pelo regime de competência, conforme Resolução BCB no. 120/21 e CPC 47.

b)- Refere-se a valores a devolver a consorciados ativos e desistentes/excluídos de grupos encerrados, apurados antes da vigência da Lei no. 11.795/2008, em atendimento aos normativos vigentes.

10. PROVISÕES DIVERSAS

a)- Provisão P/ Pagamentos a Efetuar

| CONTA | 31.12.2025 |
|-------------------------|----------------|
| Despesas de Pessoal (a) | 320.569 |
| Aluguéis a Pagar (b) | 59.519 |
| Fornecedores (c) | 214.662 |
| TOTAL | 594.750 |

a)- Corresponde às provisões de férias a pagar, considerando o período aquisitivo e 1/3 constitucional, e os respectivos encargos sociais. Os salários são pagos dentro do mês de competência, através de crédito em conta bancária de livre movimentação do colaborador. Eventualmente ocorre a existência de valores a pagar no mês seguinte, correspondentes a diferenças de proventos e rescisões.

b)- Refere-se a aluguel das instalações da sede da empresa, conforme contrato com Tucunaré Participações Ltda., referente a salas locadas no 9º. e 15º. Andar, respectivamente.

c)- Saldo de compromissos junto aos fornecedores de produtos e serviços, apropriado em atendimento a competência mensal. Os fornecedores são usuais e os produtos e serviços utilizados de forma recorrente.

11. PROVISÃO P/ PASSIVOS CONTINGENTES

a)- Ações Indenizatórias-Terceiros

| CONTA | 31.12.2025 |
|--------------------------------------|------------------|
| Ações Indenizatórias a Terceiros (a) | 3.076.175 |
| TOTAL | 3.076.175 |

a)- São Processos judiciais de consorciados com pedido de restituição de valores pagos, decorrentes de cancelamento da cota, exclusão por inadimplência e outras demandas.

Na constituição das provisões a administradora leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como **PROVÁVEL**. A administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é

mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos ou a sua prescrição.

12. CREDORES DIVERSOS

a)- Credores Diversos-País

| CONTA | 31.12.2025 |
|----------------------------------|----------------|
| Tarifas de Cobrança de (a) | 10.174 |
| Parcelamento-Acordo Judicial (b) | 135.563 |
| Credores Diversos (c) | 52.728 |
| TOTAL | 198.465 |

a)- Corresponde a tarifas de cobrança bancária debitadas nas contas vinculadas dos grupos de consórcio, conforme extratos bancários, as quais são ressarcidas no mês seguinte pela administradora.

b)- Parcelamento de acordo judicial, referente a condenação em ação movida por consorciado, para quitação em 08 (oito) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 33.890,76. O saldo corresponde a 04 (quatro) parcelas restantes.

c)- Depósito caução efetuado pela empresa de representação Financer Intermediações e Negócios-EIRELI, para cobertura de eventual prejuízo em contrato de venda de consórcio, com base em tabela especial disponibilizada pela administradora. O saldo contempla a correção pela taxa SELIC desde o início do depósito, no montante de R\$ 2.728,00.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a)- Capital Social

O Capital Social em 31.12.2025, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 3.664.748 quotas, no valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), todas de domiciliadas no país.

b)- Reservas de Capital

As reservas de capital são compostas de resultados apurados de períodos anteriores, de acordo com a opção tributária pelo Lucro Real, com levantamento de balancetes mensais para suspensão/redução dos recolhimentos de impostos e contribuições, em atendimento a legislação vigente. Tais reservas poderão ser destinadas a distribuição proporcional aos sócios, capitalizadas para reforço do capital de giro, com a finalidade de garantir meios financeiros para operação da entidade, e usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados.

Saldo em 31.12.2025:

| | | |
|---|--------------------------|------------------|
| Saldo Apurado de Exercícios Anteriores | R\$ 6.459.569,21 | |
| Saldo Apurado no Exercício de 2025 | (R\$ 2.725.198,54) | R\$ 3.734.370,67 |
| Saldo Resultante da Implantação do CPC-47 | <u>R\$ 10.695.995,17</u> | |
| Total | R\$ 14.430.365,84 | |

14. CONTAS DE RESULTADO CREDORAS

14.1. Receitas de Prestação de Serviços

| CONTA | 2º semestre 2025 |
|---|-------------------|
| Taxa de Administração de Grupo de Consórcio | 81.311.463 |
| Serviços Prestados a Consorciados | 156.616 |
| TOTAL | 81.468.079 |

14.2. Outras Receitas Operacionais

| CONTA | 2º semestre 2025 |
|---|------------------|
| Recuperação de Despesas C/ Folha de Pagamento (Processo Judicial) | 326.281 |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 266.632 |
| Reversão de Provisões (IRPJ/CSSL) | 12.077 |
| Variação Monetária Ativa | 110.867 |
| Crédito de PIS | 1.133.497 |
| Crédito de COFINS | 5.220.954 |
| Recuperação de Encargos e Depesas | 872.190 |
| Descontos Obtidos | 1.447 |
| TOTAL | 7.943.945 |

15. CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS

15.1. Despesas Administrativas

| CONTA | 2º semestre 2025 |
|---|-------------------|
| Água, Energia e Gás | 26.981 |
| Aluguéis | 547.506 |
| Comunicações | 30.825 |
| Pró-Labore Administradores | 813.381 |
| Manutenção e Conservação de Bens | 22.528 |
| Materiais | 78.358 |
| Benefícios a Funcionários | 1.638.889 |
| Encargos Sociais-FGTS-INSS | 902.307 |
| Proventos-Salários | 2.216.360 |
| Manutenção de Sistemas | 1.339.428 |
| Propaganda e Publicidade | 2.719.855 |
| Serviços do Sistema Financeiro | 12.532 |
| Serviços de Terceiros | 64.880.243 |
| Serviços Técnicos Especializados | 927.042 |
| Transportes | 2.269 |
| Despesas Tributárias | 1.628 |
| Viagens no País-Diretoria e Pessoal Externo | 522.499 |
| Outras | 3.257.348 |
| TOTAL | 79.939.980 |

15.2. Outras Despesas Operacionais

| CONTA | 2º semestre 2025 |
|------------------------------------|------------------|
| Amortização de Intangível | 17.562 |
| Depreciação de Instalações | 11.487 |
| Depreciação de Móveis e Utensílios | 75.351 |
| Impostos S/ Serviços-ISSQN | 1.636.228 |
| Impostos S/ Serviços-COFINS | 6.206.732 |
| Impostos S/ Serviços-PIS | 1.346.686 |
| Despesas Não Dedutíveis | 2.211 |
| Despesas C/ Aquisição de Cotas | 239.775 |
| Multas Indedutíveis | 205 |
| TOTAL | 9.536.237 |

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2025.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

17.1. Resolução BCB no. 120/2021-CPC47

Em atendimento aos normativos acima, foram adotadas as seguintes premissas:

- 1- Foi considerado somente as cotas Contempladas, independentemente dos bens terem sido entregues ou não.
- 2- As receitas e os custos com comissões consideraram o prazo remanescente entre a data da contemplação e o prazo da cota, inclusive pelo rateio linear.
- 3- As cotas Não Contempladas não entraram no mesmo critério, pois a obrigação da performance previsto no item 35 do CPC 47, não foi alcançada na medida que o cliente não contemplado ainda não recebeu o benefício, que é a utilização do crédito, e pela livre decisão de ser excluído do grupo e não estar mais obrigado a pagar a taxa de administração.
- 4- Assim que as cotas passem da situação de Não Contemplada para Contemplada, elas serão consideradas juntamente com as demais Cotas Contempladas apropriadas anteriormente.

17.1.1. Taxa de Administração Futura

Foi apropriada a totalidade da taxa de administração futura a receber, gerada no fechamento do demonstrativo mensal de todos os consorciados Ativos Contemplados com bens entregues ou não, em dia ou atrasados, cujos valores irão compor o resultado (Receita) nos períodos seguintes, de acordo com o prazo de cada cota, pelo regime de competência. Os Valores foram contabilizados no Ativo da Administradora a conta SERVIÇOS PRESTADOS A RECEBER (Taxa Administração a Receber-CPC47), em contrapartida a conta RECURSOS PENDENTES DE RECEBIMENTO no Passivo (Taxa Administração Antecipada-CPC47), cuja função é a de registrar as receitas recebidas e a apropriar, por competência, em períodos futuros.

17.1.2. Despesas com Comissões

Os custos com as comissões das cotas de consorciados contemplados com bens entregues ou não, ainda não incorridos, foram

apropriados a conta 1.8.7.70.00.00-5-CUSTO INCREMENTAL PARA OBTENÇÃO DO CONTRATO DE CONSORCIO (Ativo) em contrapartida a conta DESPESAS DE COMISSÕES S/ VENDAS (Resultado/Despesa). Para apuração deste custo incremental, considerou-se o valor total da comissão a incorrer entre a data da contemplação e o prazo de duração da cota. Os valores efetivamente incorridos são apropriados no resultado do mês.

A partir de fevereiro de 2026, será apropriada a taxa de administração recebida antecipadamente e a receber, tanto de consorciados contemplados quanto de não contemplados, considerando a retroatividade ao exercício de 2022, para fins de cumprimento integral dos critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 120/2021 – CPC 47.

O mesmo procedimento será aplicado aos custos incorridos com as comissões correspondentes às vendas das respectivas cotas registradas no período mencionado e nos exercícios posteriores a 2026.

17.2. Implementação da Resolução Bacen No. 352/2023

Na implementação da regulamentação contábil estabelecida na Resolução BACEN No. 352/2023, foram estabelecidos os critérios e definições para identificação dos seguintes itens:

- a)- Avaliação de quais ativos e passivos seriam objeto de reconhecimento contábil para atendimento ao referido normativo, de acordo com o modelo de negócio da empresa.
- b)- Critérios para classificação e mensuração dos ativos e passivos identificados.
- c)- Critérios para identificação dos ativos que poderão apresentar problemas de recuperação de crédito.
- d)- Definição de taxas para Provisão P/ Perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provenientes de problemas com recuperação de crédito.
- e)- Critérios para designação e o reconhecimento das relações de proteção dos ativos, denominada Contabilidade de Hedge.
- f)- Identificação de possíveis impactos orçamentários significativos em suas operações e respectivas Demonstrações Financeiras.

17.2.1- A carteira de Títulos e Valores Mobiliários está classificada e demonstrada na categoria Valor Justo no Resultado, os quais são geridos dentro do modelo de negócios da empresa, nas modalidades CDB DI, CDB FÁCIL, COMPROMISSADA e CDB DI EMPRESA, junto ao Banco Santander S/A e Banco Bradesco S/A, respectivamente. Os saldos estão acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia e ajustados ao valor de mercado (valor justo), computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste, em contrapartida a adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

17.2.2- As perdas esperadas associadas ao risco de créditos, decorrentes de aportes financeiros aos grupos de consórcio encerrados em períodos anteriores (Itens k e k-1), e com deficiência financeira para cumprimento de suas obrigações junto aos consorciados ativos e excluídos, estão demonstradas conforme a Resolução BCB nº 352, de 2023, e suas realizações dependem do êxito na cobrança dos consorciados inadimplentes, em cobrança judicial, cujos montantes refletirão nos resultados dos exercícios futuros.

17.2.3- Considerando o art. 75 da Resolução BCB nº 352, de 2023, a Administradora não possui Ativos e Passivos Financeiros, que poderiam ser objeto de aplicação da taxa efetiva de juros, sobre os valores eventualmente apropriados.

17.2.4- A cessação de reconhecimento de juros (stop accrual) não é aplicável, tendo em vista que a Administradora, em 31.12.2025, não possuía ativos financeiros que estavam em stop accrual e na condição de ativos problemáticos.

17.2.5- A Administradora não prevê impactos relevantes nos Ativos e Passivos Fiscais Diferidos, pois os mesmos correspondem apenas a valores já compensados com os débitos correntes, por meio de pedido efetuado por PerdComp, aguardando decisão da análise e homologação da autoridade fiscalizadora (Receita Federal), para as providências da baixa contábil.

17.3. Comparabilidade

Na data base de 31.12.2025, a KSK Consórcio optou pela dispensa da apresentação comparativa das demonstrações financeiras, em relação aos períodos anteriores, prevista no Art. 102, da Resolução BCB No. 352, de 23.11.2023.

17.4. Reforma Tributária

A Reforma Tributária sobre o consumo foi promulgada em 20 de dezembro de 2023 (EC nº 132). Em 2025, foi publicada a Lei Complementar 214/2025, que regulamentou parte da Reforma, instituindo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), embora pontos específicos ainda dependam de regulamentação adicional. O período de transição ocorrerá de 2026 a 2032. A administração da KSK projeta que os impactos na apuração tributária serão mensuráveis apenas durante essa transição, à medida que forem definidos os critérios de distribuição de arrecadação, os processos de fiscalização e a governança dos recursos entre os entes federativos, cujo projeto encontra-se em tramitação no Senado Federal (PLP 108/2024). Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis publicadas em 31 de dezembro de 2025.

17.5. Créditos Tributários


A partir do mês 12.2025, a empresa passou a compensar créditos previdenciários sobre limite de contribuições parafiscais, por meio de PerdComp, resultantes de recolhimentos indevidos ou a maior, relacionados a folha de pagamento de funcionários. Os trabalhos de levantamento foram executados pelo escritório jurídico contratado com escopo específico.

Total compensado em 2025: R\$ 403.009,87 (Aguarda homologação para baixa contábil).

| | |
|--------------------------------------|-------------------|
| INSS S/ FOLHA REF 11/2025 | 140.999,48 |
| INSS S/ 13º SALÁRIO 2025 | 79.370,36 |
| PROVISÃO COFINS N/MÊS - REF PERDCOMP | 149.797,00 |
| PROVISÃO PIS N/MÊS - REF PERDCOMP | 32.843,03 |
| TOTAL | 403.009,87 |


Em 31 de dezembro de 2025, a KSK Administradora de Consórcio Ltda., não possui operação com Instrumentos Financeiros Derivativos. Os ativos financeiros têm liquidez imediata e os passivos financeiros são de curto prazo, exceto as provisões de ações judiciais, que aguardam o correspondente julgamento e decisão final.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos administradores em 13.03.2026.

Documento assinado digitalmente
 **YVONNE KASINSKY**
Data: 10/04/2026 17:58:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Yvonne Kasinsky
Administradora


Barueri, 31 de dezembro de 2025

Documento assinado digitalmente
 **LEANDRO ANDRADE COELHO RODRIGUES**
Data: 10/04/2026 16:57:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Leandro Andrade Coelho Rodrigues
Administrador



Vincent da Silva Beraldo
Contador – CRC/SP: 352061/O-5

Documento assinado digitalmente
 **LUIS MARCOS DA COSTA**
Data: 10/04/2026 16:54:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luís Marcos da Costa
Administrador

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos sócios e administradores da
KSK ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
Barueri/SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da empresa **KSK ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**, em **31 de dezembro de 2025**, que compreendem o balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos recursos de consórcio consolidada e a demonstração das variações nas disponibilidades de grupos consolidada, para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa **KSK ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**, em **31 de dezembro de 2025**, o desempenho de suas operações, bem como a posição consolidada dos grupos de consórcio por ela administrados, de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas as demonstrações financeiras levantadas em 31.12.2025, itens **17.1, 17.1.1, 17.1.2 e 17.2**, considerados importantes para entendimento das demonstrações financeiras:

17.1. Critérios utilizados na adoção da Resolução BCB 120/2021 ocorrida em 09.2024 que trata dos critérios para apropriação das receitas e despesas "PRÓ RATA TEMPORIS" descrevendo nos itens **17.1.1. e 17.1.2.** a apuração e critérios de contabilização das receitas com taxa de administração futura e apropriações dos custos com comissões, respectivamente.

17.2. A Resolução BCB 352 de 23.11.2023 prevê em seu artigo nº 101 que as administradoras de consórcios devem divulgar nas notas explicativas as demonstrações financeiras os impactos estimados pela implementação a partir de 01.01.2025 no resultado e posição financeira, cuja nota **(17.2.)** trouxe informações das praticas adotados com seus instrumentos financeiros.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações.

contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Sorocaba (SP), 13 de março de 2026

AREZU AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S

CRC-2SP023952/O-8

Edson Shei Oishi

CT-CRC: 1SP183489/O-8 Auditor

CT. CRC 1SP183489/O-8